

RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório anual 2022





PROPÓSITO, MISSÃO, VISÃO E VALORES

PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

MISSÃO

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

VISÃO

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

VALORES

Respeito e Valorização das Pessoas;
Cooperativismo e Sustentabilidade;
Ética e Integridade;
Excelência e Eficiência;
Liderança Responsável;
Inovação e Simplicidade.

MENSAGEM

DO PRESIDENTE

BALANÇO ECONÔMICO E SOCIAL

Em 2022, o Sicoob Credimepi obteve excelentes resultados financeiros, mas o que nos deixa mais contentes, é comprovar que eles foram alcançados em sintonia com o nosso propósito de promover a justiça financeira.

Neste ano, a cooperativa obteve um crescimento superior a 30% em seus ativos e o melhor resultado de sua história, 39,6 milhões em sobras. Além disso, o ganho social e econômico, que é quanto a cooperativa propiciou de economia para os associados em relação às tarifas e taxa médias praticadas pelas demais instituições financeiras do SFN, foi superior em 12,2% à média do Sicoob, por associado. Estes índices compuseram claro demonstrativo de que a cooperativa é muito atrativa para seus cooperados.

Ainda em 2022, inauguramos 5 unidades, sendo 4 na região metropolitana de Belo Horizonte; Alphaville, Castelo, Contagem e Betim; e uma no circuito do ouro; Catas Altas. Estas unidades ainda se encontram em período de maturação para atingir o ponto de equilíbrio, o que normalmente ocorre em 24 meses. Porém serão muito importantes no resultado futuro da cooperativa.

Em novembro de 2022 inauguramos também a Coopmóvel, uma Van toda equipada com conforto e tecnologia para atender associados e futuros associados dos distritos mais longínquos e também participar em feiras e eventos na região.

Para este ano, o Conselho de Administração aprovou três projetos que irão alavancar ainda mais os negócios do Sicoob Credimepi. São eles: a inauguração em 23/03/2023 da unidade Floresta, mais especificamente na Avenida Assis Chateaubriand; a Unidade Sabará (Divisa Ana Lúcia/Santa Inês) região com comércio muito pujante e uma 2ª unidade em Santa Bárbara, ainda em fase de procura do ponto.

Outras conquistas importantes ocorreram em relação ao ESG, que trata de práticas relacionadas aos campos Ambiental, Social e de Governança no cenário corporativo. Na verdade, o cooperativismo tem esses conceitos e diretrizes em seu DNA, mas em 2022 o Sicoob Credimepi conseguiu avançar, associando práticas sociais e ambientais com uma boa governança.



Os projetos Dupla Perfeita (social) e Fotovoltaica/APAES (ambiental e social) foram muito bem planejados e conduzidos de forma a atender aos critérios de governança. No projeto Dupla Perfeita, obtivemos 91 instituições filantrópicas elegíveis, sendo que 48 delas serão beneficiadas de acordo com a votação (vontade dos associados). Destaco aqui os critérios de sustentabilidade utilizados pelo setor de OQS (Organização do Quadro Social) e que foram bem aderentes ao Programa de Desenvolvimento de Gestão de Cooperativa (PDGC).

O programa fotovoltaica/APAES concluiu mais uma usina em São Domingos do Prata e terá, em 2023, a instalação da quinta usina na APAE de Itabira. Assim, a cooperativa passa a atender 100% da demanda energética, de suas 28 unidades.

É bom destacar, que esse programa contempla diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) propostos pela ONU, e que tem como base os pilares:

Econômico: Visando a redução de custos;

Ambiental: Buscando a geração de energia limpa;

Social: Suprindo a necessidade energética das APAES.

Portanto, caros associados, a cooperativa continua firme em seu propósito evolutivo de conectar pessoas para promover a justiça financeira e a prosperidade dos associados e de suas comunidades, com a convicção de que esse é o caminho que se faz necessário para o avanço de nossa sociedade.

Somos desenvolvimento,
somos sustentáveis,
somos COOP.

Muito obrigado!

Jacson Guerra Araújo

Presidente do Conselho
de Administração.



CONSELHO E DIRETORIA

Membros do Conselho de Administração

Presidente - Jacson Guerra Araújo
Conselheiro Vogal - Aluísio Sergio Abalem Vidigal
Conselheiro Vogal - Carlos Augusto Arthuso
Conselheiro Vogal - Cassio Barros Evangelista
Conselheiro Vogal - Lucien Marques Cosme
Conselheiro Vogal - Stael Pinto Coelho Lott

Membros do Conselho Fiscal

Bruno Drumond Magalhães - Conselheiro Fiscal Efetivo
José Antônio dos Reis Lopes - Conselheiro Fiscal Efetivo
Maria Inês de Araújo Moreira - Conselheiro Fiscal Efetivo
Antônio Cornélio de Melo - Conselheiro Fiscal Suplente
Denis José Donato da Mota - Conselheiro Fiscal Suplente
Fernando Henrique de Barros - Conselheiro Fiscal Suplente

Diretoria Executiva

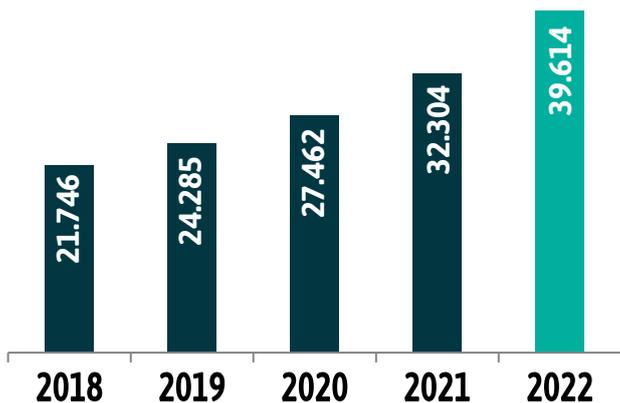
Diretor Administrativo - Edgard Luís Pena de Moraes
Diretor Financeiro – José Sueli Ferreira
Diretor de Negócios – Antônio Carlos Junior



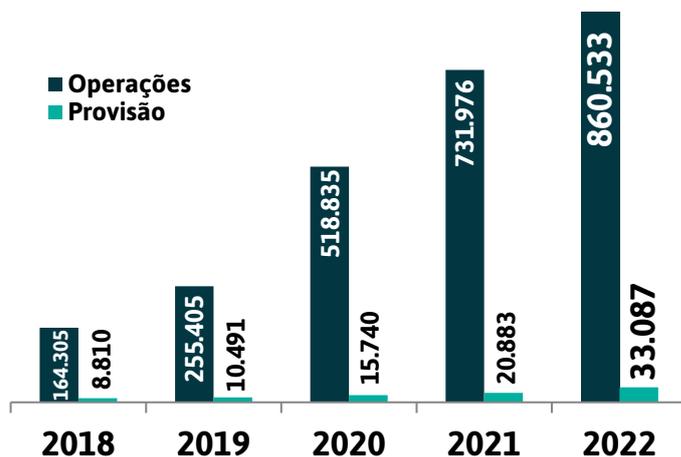


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Número de Associados

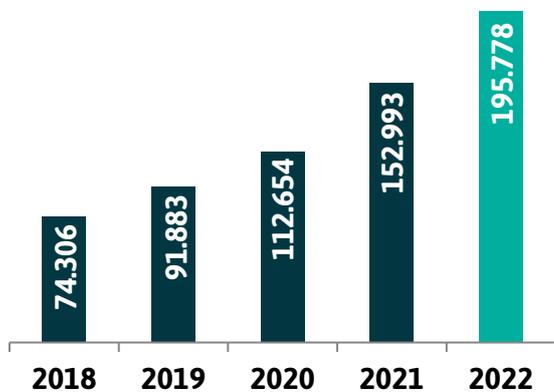


Operações de Crédito



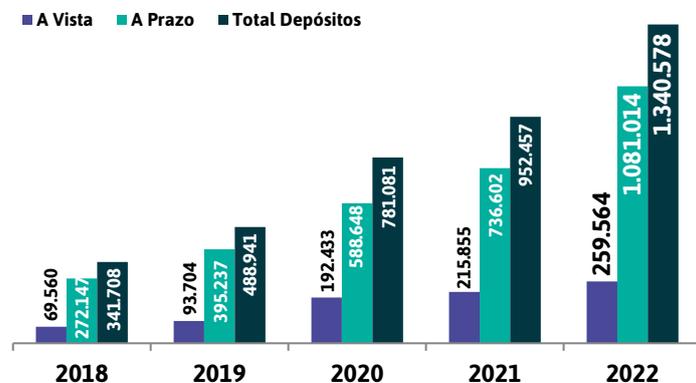
Patrimônio Líquido

(Em milhões de reais)



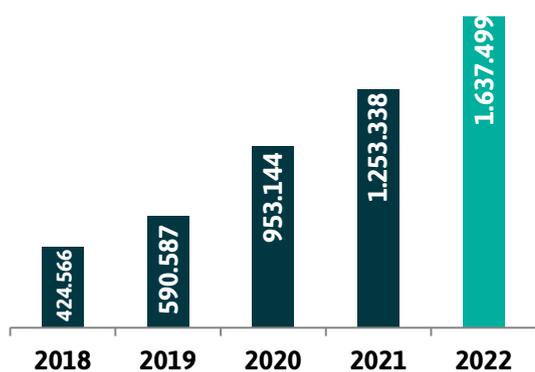
Depósitos Totais

(Em milhões de reais)



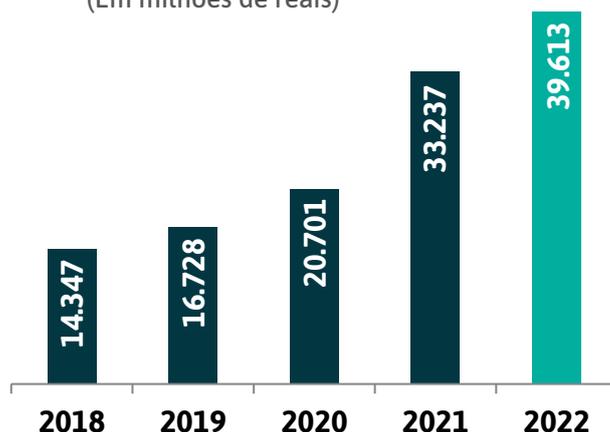
Ativos

(Em milhões de reais)



Sobras Brutas

(Em milhões de reais)



BALANÇO SOCIAL E ECONÔMICO

Enquanto Sociedade de Pessoas, a Cooperativa não tem como objetivo principal obter o maior lucro possível, como o modelo bancário tradicional. Mais importante que o lucro (aqui chamado de sobras), é a economia proporcionada aos associados, e o valor agregado às comunidades em que está inserida.

Sendo assim, além do balanço contábil, com os principais indicadores financeiros, o Sicoob Credimepi disponibiliza o seu Balanço Econômico e Social, que demonstra a economia que os cooperados tiveram realizando seus negócios com a Cooperativa, e quanto de valor foi agregado à comunidade.

BALANÇO SOCIAL E ECONÔMICO ECONOMIA GERADA AOS COOPERADOS EM 2022

PRODUTOS	SFN TAXA MÉDIA MENSAL	COOPERATIVA TAXA MÉDIA MENSA	VALOR ECONOMIZADO NO PERÍODO	VALOR
Intermediação Financeira				R\$ 75.553.743,00
Total Intermediação Financeira				R\$ 75.553.743,00
Tarifas	TARIFAS PF2	R\$ 33,25	R\$ 30,00	R\$ 699.307,00
	TARIFAS PJ3	R\$ 131,44	R\$ 66,25	R\$ 6.263.362,00
Total Tarifas				R\$ 6.962.669,00
Consórcio	IMÓVEIS	0,09%	0,05%	R\$ 12.838,00
	CAMINHÕES	0,12%	0,05%	R\$ 4.601,00
	VEÍCULOS	0,18%	0,13%	R\$ 16.490,00
	MOTOS	0,24%	0,20%	R\$ 598,00
	OUTROS BENS	0,26%	0,25%	R\$ 8,00
Total Consórcio				R\$ 34.647,00
Adquirência	DÉBITO (MDR)	1,80%	1,42%	R\$ 795.878,00
	CRÉDITO (MDR)	3,31%	2,23%	R\$ 1.176.862,00
	PARCELADO (MDR)	4,74%	2,89%	R\$ 1.692.612,00
	ANTECIPAÇÃO	3,07%	2,54%	R\$ 417.083,00
Total Adquirência				R\$ 4.082.437,00
Economia Total				R\$ 103.600.408,00
Sobras brutas à disposição da AGO				R\$ 39.613.990,00
Economia total + Sobras brutas à disposição da AGO				R\$ 143.214.398,00
COOPERADOS ATIVOS				25914
VALOR ECONOMIZADO (MÉDIA POR COOPERADO)				R\$ 5.527,00



O Sicoob Credimepi gerou uma economia média anual de R\$5.527,00 por associado com suas taxas e tarifas reduzidas, apenas em 2022, comparativamente às taxas e tarifas praticadas pelos demais Bancos no período. Ao total, foram mais de R\$143 milhões de economia em apenas 12 meses. O total economizado equivale a 361% do resultado financeiro (sobras brutas) gerado pela Cooperativa.

VALOR AGREGADO AOS COOPERADOS E SUAS COMUNIDADES

Além da economia gerada com taxas e tarifas, o Sicoob Credimepi agregou valor aos cooperados por meio da promoção de pagamentos de boletos pelos canais alternativos, em que a cada pagamento pelo celular ou computador, o associado recebeu R\$0,35. Foram mais de R\$878 mil pagos em 2022.

Os salários, encargos e treinamentos agregaram aos seus mais de 300 profissionais, colaboradores e estagiários, e às comunidades em que moram, mais de R\$17 milhões. E ainda tem as doações e patrocínios que beneficiaram entidades sem fins lucrativos, cooperados, entidades com fins sociais e impactou milhares de pessoas em 22 cidades da área de atuação.

VALOR AGREGADO À COMUNIDADE

Promoção e pagamento de boletos	R\$ 878.107	18,833 milhões
Salários, encargos e treinamentos	R\$ 17.107.495	
Doações e patrocínios	R\$ 848.026	

Ao final, temos um Balanço Econômico e Social que soma R\$162 milhões em economia e valor agregado aos cooperados e às comunidades. Como as Sobras Brutas foram de R\$39,6 milhões, significa dizer que para cada R\$1,00 de sobras geradas, o Sicoob Credimepi gerou outros R\$4,09 em economia e valor



DIRETRIZES 2023

- 1 . Manter entre as 7 maiores cooperativas de crédito, em Ativos Totais, sediadas no Estado de Minas Gerais;**
- 2. Aumentar em 5.000 o número de cooperados;**
- 3. Superar R\$1,9 bilhões em ativos;**
- 4. Alcançar rentabilidade mínima de 2,5% sobre o ativo;**
- 5. Manter a classificação em baixo risco junto à Central;**
- 6. Manter o Selo GPTW, sendo considerado como um ótimo lugar para se trabalhar;**
- 7. Ampliar o número de cidades beneficiadas pelas ações sociais e educacionais da cooperativa;**
- 8. Propiciar melhores taxas de operações de crédito aos cooperados que reduzirem o custo e risco da cooperativa;**
- 9. Ampliar o número de iniciativas próprias e parcerias com o Sebrae, Associações Comerciais, Prefeituras e SGC;**
- 10. Ampliar o incentivo a projetos voltados a práticas socioambientais dos cooperados.**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB CREDIMEPI.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro. Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB CREDIMEPI é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 93,05% nos níveis de “AA” a “C”.

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECREMGE e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.



Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB CREDIMEPI registrou o total de 64 (sessenta e quatro) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a Atendimento, Cartão de Crédito, Operação de Crédito etc. Das reclamações, 27 (vinte e sete) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Unidade de Apresentação: reais

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Resultados financeiros	19,19%	39.613.990,04	33.237.367,15
Patrimônio Líquido	29,67%	195.777.942,03	152.993.544,87
Ativos	30,65%	1.637.499.444,69	1.253.338.004,18
Depósitos na Centralização Financeira	43,45%	712.759.560,40	496.866.784,85

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	22,63%	39.614	32.304

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	207,31%	39.088.686,52	12.719.456,41
Carteira Comercial	14,21%	821.445.232,12	719.257.205,45
Total	17,56%	860.533.918,64	731.976.661,86

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 21,55% da carteira, no montante de R\$ 185.686.114,87.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	20,25%	259.564.068,55	215.855.637,68
Depósitos a prazo	39,84%	920.469.858,95	658.249.882,45
LCA	1792,13%	15.147.575,12	800.554,89
LCI	87,48%	145.397.172,45	77.551.861,66
Total	40,75%	1.340.578.675,07	952.457.936,68

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 24,90% da captação, no montante de R\$ 330.919.528,39.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	27,45%	186.049.153,05	145.976.762,00

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

João Monlevade – Minas Gerais, 31 de dezembro de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria



DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO MÉDIO PIRACICABA E DO CIRCUITO DO OURO LTDA - SICOOB CREDIMEPI
SICOOB CREDIMEPI
CNPJ: 01.644.264/0001-40
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		1.637.499.444,69	1.253.338.004,18
DISPONIBILIDADES	4	8.396.951,63	5.971.038,33
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.642.344.889,80	1.235.737.790,38
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	36.844.839,84	-
Títulos e Valores Mobiliários	6	20.398.337,52	-
Relações Interfinanceiras	4	712.759.560,40	496.866.784,85
Centralização Financeira		712.759.560,40	496.866.784,85
Operações de Crédito	7	860.533.918,64	731.976.661,86
Outros Ativos Financeiros	8	11.808.233,40	6.894.343,67
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(33.871.194,27)	(21.270.036,36)
(-) Operações de Crédito	7.e	(33.087.850,32)	(20.883.284,47)
(-) Outras	9	(783.343,95)	(386.751,89)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	10	612.659,95	14.226,07
OUTROS ATIVOS	11	2.605.032,83	2.264.990,58
INVESTIMENTOS	12	20.248,00	13.967.675,85
IMOBILIZADO DE USO	13	25.784.446,12	23.263.812,61
INTANGÍVEL	14	2.162.609,57	2.033.628,94
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	13 e 14	(10.556.198,94)	(8.645.122,22)
TOTAL DO ATIVO		1.637.499.444,69	1.253.338.004,18
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.637.499.444,69	1.253.338.004,18
DEPÓSITOS	15	1.180.033.927,50	874.105.520,13
Depósitos à Vista		259.564.068,55	215.855.637,68
Depósitos a Prazo		920.469.858,95	658.249.882,45
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		244.778.373,94	211.802.875,35
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	16	160.544.747,57	78.352.416,55
Relações Interfinanceiras	17	43.849.355,44	7.405.585,82
Repasse Interfinanceiros	17.a	43.849.355,44	7.405.585,82
Obrigações por Empréstimos e Repasses	17.b	40.018.094,06	125.721.778,76
Outros Passivos Financeiros	18	366.176,87	323.094,22
PROVISÕES	19	3.636.177,47	2.919.106,33
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	20	1.399.274,44	1.265.794,89
OUTROS PASSIVOS	21	11.873.749,31	10.251.162,61
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	195.777.942,03	152.993.544,87
CAPITAL SOCIAL	22.a	82.750.832,10	69.818.118,47
RESERVAS DE SOBRAS		75.472.892,24	52.757.964,29
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		37.554.217,69	30.417.462,11
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.637.499.444,69	1.253.338.004,18

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO MÉDIO PIRACICABA E DO CIRCUITO DO OURO LTDA - SICOOB CREDIMEPI
SICOOB CREDIMEPI
CNPJ: 01.644.264/0001-40
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		118.041.577,76	206.760.652,65	97.642.467,57
Operações de Crédito	24	75.183.771,09	134.933.784,03	79.539.252,16
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4	42.461.170,62	71.430.232,57	18.095.177,68
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	396.636,05	396.636,05	-
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-	-	8.037,73
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25	(77.857.867,29)	(137.501.164,13)	(44.423.158,39)
Operações de Captação no Mercado	15.d	(62.636.684,52)	(105.464.786,90)	(28.789.705,10)
Operações de Empréstimos e Repasses	17.c	(5.832.188,69)	(12.188.561,41)	(4.617.370,52)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(9.388.994,08)	(19.847.815,82)	(11.016.082,77)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		40.183.710,47	69.259.488,52	53.219.309,18
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(15.192.237,30)	(27.949.457,48)	(18.532.200,61)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	26	7.127.053,67	13.307.503,83	12.017.618,29
Rendas de Tarifas	27	4.779.267,28	9.297.121,17	8.171.441,82
Dispêndios e Despesas de Pessoal	28	(13.085.099,16)	(24.826.940,48)	(19.269.983,86)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	29	(13.597.466,06)	(25.086.038,04)	(20.387.903,23)
Dispêndios e Despesas Tributárias	30	(575.069,53)	(1.095.530,14)	(1.097.050,83)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	31	2.054.801,80	4.394.233,74	4.106.645,06
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	32	(1.895.725,30)	(3.939.807,56)	(2.072.967,86)
PROVISÕES	33	(235.002,90)	(538.668,73)	(319.445,43)
Provisões/Reversões para Contingências		(2.360,70)	(194.490,82)	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(232.642,20)	(344.177,91)	(319.445,43)
RESULTADO OPERACIONAL		24.756.470,27	40.771.362,31	34.367.663,14
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	34	92.946,85	391.606,46	193.879,76
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		24.849.417,12	41.162.968,77	34.561.542,90
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		420.000,00	-	(807.764,36)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		240.000,00	-	(460.067,55)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		180.000,00	-	(347.696,81)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		(1.540.398,50)	(1.548.978,73)	(516.411,39)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		23.729.018,62	39.613.990,04	33.237.367,15

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO MÉDIO PIRACICABA E DO CIRCUITO DO OURO LTDA - SICOOB CREDIMEPI
SICOOB CREDIMEPI
CNPJ: 01.644.264/0001-40
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		23.729.018,62	39.613.990,04	33.237.367,15
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		23.729.018,62	39.613.990,04	33.237.367,15

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO MÉDIO PIRACICABA E DO CIRCUITO DO OURO LTDA - SICOOB CREDIMEPI
SICOOB CREDIMEPI
CNPJ: 01.644.264/0001-40
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		24.849.417,12	41.162.968,77	34.561.542,90
Sobras ou Perdas de Exercício Encerrado				154.534,68
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(218.412,03)	(157.376,67)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9.388.994,08		19.847.815,82	11.016.082,77
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	232.642,20		344.177,91	319.445,43
Provisões/Reversões para Contingências	2.360,70		194.490,82	-
Depreciações e Amortizações	1.043.694,05		2.024.627,32	1.771.075,61
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		35.517.108,15	63.355.668,61	47.665.304,72
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(36.844.839,84)		(36.844.839,84)	-
Títulos e Valores Mobiliários	(1.092.719,69)		(6.450.909,67)	354.923,81
Operações de Crédito	(82.686.153,50)		(135.071.621,41)	(202.725.738,54)
Outros Ativos Financeiros	(2.630.021,69)		(5.646.183,01)	(4.010.288,24)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(597.507,20)		(598.433,88)	1.580,78
Outros Ativos	435.597,74		(340.042,25)	499.288,71
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista	44.873.339,31		43.708.430,87	23.422.202,07
Depósitos a Prazo	174.428.667,84		262.219.976,50	69.601.476,78
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	22.593.918,47		82.192.331,02	66.886.271,41
Relações Interfinanceiras	35.995.797,50		36.443.769,62	7.405.585,82
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(54.852.068,40)		(85.703.684,70)	92.561.393,71
Outros Passivos Financeiros	(244.561,76)		43.082,65	(1.244.112,25)
Provisões	96.192,87		178.402,41	110.070,08
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	397.172,64		370.703,61	311.442,62
Outros Passivos	(6.758.899,35)		73.607,97	260.620,07
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES			(417.462,11)	(96.348,66)
FATES - Atos Cooperativos	(2.111.018,76)		(2.111.018,76)	(1.661.868,36)
Imposto de Renda Pago	148.234,41		(94.220,17)	(672.813,03)
Contribuição Social Pago	72.827,90		(143.003,89)	(431.113,25)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		126.741.066,64	215.164.553,57	98.237.878,25
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos		-	218.412,03	47.762,87
Distribuição de Sobras da Central Recebidos		-	-	109.613,80
Aquisição de Intangível	5.732,40		(24.933,62)	(122.457,93)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.339.099,37)		(2.738.231,12)	(2.166.042,11)
Aquisição de investimentos				(2.650.734,96)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(1.333.366,97)	(2.544.752,71)	(4.781.858,33)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital	2.949.475,60		6.144.542,31	10.105.835,46
Devolução de Capital à Cooperados	(1.148.051,32)		(3.168.194,53)	(2.555.475,43)
Estorno de Capital	(6.650,32)		(7.900,32)	(615,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago			(35.733,83)	(38.001,51)
Reversão/Realização de Reservas	1.022.964,40		159.789,17	-
Reversão/Realização de Fundos	1.743.209,96		2.606.385,19	1.193.903,04
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		4.560.948,32	5.698.887,99	8.705.646,56
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		129.968.647,99	218.318.688,85	102.161.666,48
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	591.187.864,04		502.837.823,18	400.676.156,70
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	721.156.512,03		721.156.512,03	502.837.823,18
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	129.968.647,99		218.318.688,85	102.161.666,48
	0,00		0,00	0,00

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SICOOB CREDIMEPI
CNPJ: 01.644.264/0001-40
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		56.479.488,60	(673.113,65)	38.251.489,89	-	18.596.348,66	112.654.213,50
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	154.534,68	154.534,68
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Ao FATES		-	-	-	-	(96.348,66)	(96.348,66)
Constituição de Reservas		-	-	10.500.000,00	1.500.000,00	(12.000.000,00)	-
Distribuição de sobras para associados		6.461.998,49	-	-	-	(6.500.000,00)	(38.001,51)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		10.099.619,33	6.216,13	-	-	-	10.105.835,46
Por Devolução (-)		(2.555.475,43)	-	-	-	-	(2.555.475,43)
Estorno de Capital		(615,00)	-	-	-	-	(615,00)
Reversão/Realização de Reservas		-	-	-	(817.262,32)	817.262,32	-
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	1.193.903,04	1.193.903,04
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	33.237.367,15	33.237.367,15
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	3.323.736,72	-	(3.323.736,72)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(1.661.868,36)	(1.661.868,36)
Saldos em 31/12/2021		70.485.015,99	(666.897,52)	52.075.226,61	682.737,68	30.417.462,11	152.993.544,87
Saldos em 31/12/2021		70.485.015,99	(666.897,52)	52.075.226,61	682.737,68	30.417.462,11	152.993.544,87
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Ao FATES		-	-	-	-	(417.462,11)	(417.462,11)
Constituição de Reservas		-	-	18.500.000,00	1.500.000,00	(20.000.000,00)	-
Distribuição de sobras para associados		9.964.266,17	-	-	-	(10.000.000,00)	(35.733,83)
Outros Eventos/Reservas				159.789,17			159.789,17
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		6.445.102,04	(300.559,73)	-	-	-	6.144.542,31
Por Devolução (-)		(3.168.194,53)	-	-	-	-	(3.168.194,53)
Estorno de Capital		(7.900,32)	-	-	-	-	(7.900,32)
Reversão/Realização de Reservas		-	-	-	(1.666.898,74)	1.666.898,74	-
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	2.606.385,19	2.606.385,19
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	39.613.990,04	39.613.990,04
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	4.222.037,52	-	(4.222.037,52)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(2.111.018,76)	(2.111.018,76)
Saldos em 31/12/2022		83.718.289,35	(967.457,25)	74.957.053,30	515.838,94	37.554.217,69	195.777.942,03
Saldos em 30/06/2022		81.711.611,67	(755.553,53)	70.575.226,61	1.379.014,17	16.688.694,93	169.598.993,85
Outros Eventos/Reservas				159.789,17			159.789,17
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		3.161.379,32	(211.903,72)	-	-	-	2.949.475,60
Por Devolução (-)		(1.148.051,32)	-	-	-	-	(1.148.051,32)
Estorno de Capital		(6.650,32)	-	-	-	-	(6.650,32)
Reversão/Realização de Reservas		-	-	-	(863.175,23)	863.175,23	-
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	2.606.385,19	2.606.385,19
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	23.729.018,62	23.729.018,62
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	4.222.037,52	-	(4.222.037,52)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(2.111.018,76)	(2.111.018,76)
Saldos em 31/12/2022		83.718.289,35	(967.457,25)	74.957.053,30	515.838,94	37.554.217,69	195.777.942,03

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO MÉDIO PIRACICABA E DO CIRCUITO DO OURO LTDA - SICOOB CREDIMEPI

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO MÉDIO PIRACICABA E DO CIRCUITO DO OURO LTDA - SICOOB CREDIMEPI, doravante denominado SICOOB CREDIMEPI, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25/09/1996, filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDIMEPI, sediado à RUA PEDRO BICALHO, Nº 70, NOVO HORIZONTE, JOÃO MONLEVADE - MG, possui 27 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: RIO PIRACICABA - MG, NOVA ERA - MG, SÃO DOMINGOS DO PRATA - MG, JOÃO MONLEVADE - MG, BELA VISTA DE MINAS - MG, SANTA BÁRBARA - MG, BARÃO DE COCAIS - MG, ALVINÓPOLIS - MG, ITABIRA - MG, BELO HORIZONTE - MG, OURO PRETO - MG, CAETÉ - MG, MARIANA - MG, ITABIRITO - MG, NOVA LIMA - MG, OURO BRANCO - MG, SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO - MG, PONTE NOVA - MG, CONTAGEM - MG, CATAS ALTAS - MG, BETIM - MG.

O SICOOB CREDIMEPI tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 22/02/2023.

2.1. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.



Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;
- ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:
 - a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
 - b) mensurar os passivos:
 - b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;
 - b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 41.a.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.**

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB nº 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.



b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

O SICOOB CREDIMEPI contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

A Cooperativa, visando administrar e conter os efeitos da crise, tomou diversas providências, destacando-se:

- A criação/adoção do plano de continuidade de negócios - COVID 19;
- Cartilha de melhores práticas adotadas nesse momento;



- Cartazes com informativos de prevenção;
 - Intensificação de higienização das áreas;
 - Álcool em gel em todas os setores;
 - VPN para home office;
 - Rodízio funcionário;
 - Afastamento de funcionários com sintomas de resfriado;
 - Simulação de Impacto no Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Capital;
 - Reestruturação de Operações de Crédito;
 - Disponibilização de Crédito via Pronampe e PEAC;
 - Ação para Aumento de Limite de Cartões (PF);
 - Medidas na Sipag (isenção, redução da taxa de antecipação, etc.) para minimizar os impactos da COVID 19;
 - Horário Especial de Funcionamento dos PA's.
 - Redução de tarifas referentes a cobrança bancária (prorrogação de vencimento e baixa);
 - Reuniões, treinamentos e capacitações online com as equipes dos PAs e parceiros;
 - Aderimos às diversas recomendações do Comitê de Gestão de Crise do Sicoob referentes a ações operacionais e administrativas.
-

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.



e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.



p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

u) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.



y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

z) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDIMEPI opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	8.396.951,63	5.971.038,33
Relações interfinanceiras - centralização financeira	712.759.560,40	496.866.784,85
TOTAL	721.156.512,03	502.837.823,18

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira	42.461.170,62	71.430.232,57	18.095.177,68

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ligadas (a)	36.844.839,84	0,00	0,00	0,00
TOTAL	36.844.839,84	0,00	0,00	0,00

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração entre 1,07% e 101% do CDI.

Abaixo, a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
CDI-CR-POS-CDICE		29.395.407,99	7.449.431,85	36.844.839,84
TOTAL		29.395.407,99	7.449.431,85	36.844.839,84

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	396.636,05	396.636,05	0,00



6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação Em Cooperativa Central De Crédito	0,00	16.829.289,94	0,00	0,00
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito	0,00	3.569.047,58	0,00	0,00
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	0,00	20.398.337,52	0,00	0,00
TOTAL	0,00	20.398.337,52	0,00	0,00

(a) A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN nº 4.817/2020.

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	271.369.893,69	375.694.671,12	647.064.564,81	231.689.044,84	331.872.888,71	563.561.933,55
Financiamentos	74.145.858,22	100.234.809,09	174.380.667,31	58.612.087,29	97.083.184,61	155.695.271,90
Financiamentos Rurais	32.341.957,55	6.746.728,97	39.088.686,52	3.631.532,39	9.087.924,02	12.719.456,41
Total de Operações de Crédito	377.857.709,46	482.676.209,18	860.533.918,64	293.932.664,52	438.043.997,34	731.976.661,86
(-) Provisões para Operações de Crédito	(14.643.612,40)	(18.444.237,92)	(33.087.850,32)	(9.036.975,40)	(11.846.309,07)	(20.883.284,47)
TOTAL	363.214.097,06	464.231.971,26	827.446.068,32	284.895.689,12	426.197.688,27	711.093.377,39

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA - Normal	16.397.400,54	7.984.695,12	2.346.645,17	26.728.740,83		61.427.100,50	
A 0,5% Normal	116.307.339,17	27.261.866,56	29.069.999,71	172.639.205,44	(863.196,03)	189.137.804,44	(945.689,02)
B 1% Normal	240.866.315,03	58.180.006,16	5.057.096,90	304.103.418,09	(3.041.034,18)	255.464.400,35	(2.554.644,00)
B 1% Vencidas	245.794,07	227.712,55	0,00	473.506,62	(4.735,07)	1.470.303,76	(14.703,04)
C 3% Normal	213.256.051,49	77.066.385,63	2.614.944,74	292.937.381,86	(8.788.121,96)	186.947.204,22	(5.608.416,33)
C 3% Vencidas	3.585.127,64	286.711,45	0,00	3.871.839,09	(116.155,17)	860.263,05	(25.807,89)
D 10% Normal	22.823.962,55	1.582.742,74	0,00	24.406.705,29	(2.440.670,53)	22.651.411,77	(2.265.141,38)
D 10% Vencidas	3.602.259,44	643.641,60	0,00	4.245.901,04	(424.590,10)	1.750.605,23	(175.060,52)
E 30% Normal	11.443.231,64	729.155,22	0,00	12.172.386,86	(3.651.716,56)	1.678.288,15	(503.486,65)
E 30% Vencidas	2.226.681,90	46.517,07	0,00	2.273.198,97	(681.959,69)	477.211,48	(143.163,44)
F 50% Normal	3.814.771,30	23.467,48	0,00	3.838.238,78	(1.919.119,39)	1.888.249,04	(944.124,52)
F 50% Vencidas	1.948.432,28	61.138,58	0,00	2.009.570,86	(1.004.785,83)	727.305,35	(363.652,68)
G 70% Normal	995.448,45	32.207,13	0,00	1.027.655,58	(719.358,91)	235.480,96	(164.836,77)
G 70% Vencidas	1.235.082,64	10.792,70	0,00	1.245.875,34	(872.112,91)	288.251,11	(201.775,78)
H 100% Normal	2.040.105,04	0,00	0,00	2.040.105,04	(2.040.105,04)	2.389.198,37	(2.389.198,37)
H 100% Vencidas	6.276.561,63	243.627,32	0,00	6.520.188,95	(6.520.188,95)	4.583.584,08	(4.583.584,08)
Total Normal	627.944.625,21	172.860.526,04	39.088.686,52	839.893.837,77	(23.463.322,60)	721.819.137,80	(15.375.537,04)
Total Vencidos	19.119.939,60	1.520.141,27	0,00	20.640.080,87	(9.624.527,72)	10.157.524,06	(5.507.747,43)
Total Geral	647.064.564,81	174.380.667,31	39.088.686,52	860.533.918,64	(33.087.850,32)	731.976.661,86	(20.883.284,47)
Provisões	(29.001.131,20)	(3.812.349,82)	(274.369,30)	(33.087.850,32)		(20.883.284,47)	
Total Líquido	618.063.433,61	170.568.317,49	38.814.317,22	827.446.068,32		711.093.377,39	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	102.749.491,93	168.620.401,76	375.694.671,12	647.064.564,81
Financiamentos	19.976.914,29	54.168.943,93	100.234.809,09	174.380.667,31
Financiamentos Rurais	524.352,83	31.817.604,72	6.746.728,97	39.088.686,52
TOTAL	123.250.759,05	254.606.950,41	482.676.209,18	860.533.918,64

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	64.290.087,81	14.155.016,71	0,00	78.445.104,52	9,12%
Setor Privado - Indústria	38.099.456,31	2.945.717,00	0,00	41.045.173,31	4,77%
Setor Privado - Serviços	455.353.664,32	140.682.895,19	1.787.253,70	597.823.813,21	69,47%
Pessoa Física	89.017.395,32	16.454.404,48	11.126.110,17	116.597.909,97	13,55%
Outros	303.961,05	142.633,93	26.175.322,65	26.621.917,63	3,09%
TOTAL	647.064.564,81	174.380.667,31	39.088.686,52	860.533.918,64	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	20.883.284,47	15.740.701,20
Constituições/ Reversões no período	18.727.716,73	10.770.493,33
Transferência para prejuízo no período	(6.523.150,88)	(5.627.910,06)
Saldo Final	33.087.850,32	20.883.284,47

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	24.630.124,94	2,86%	15.177.779,21	2,07%
10 Maiores Devedores	121.185.084,87	14,06%	97.764.566,42	13,34%
50 Maiores Devedores	287.898.767,23	33,41%	235.533.592,78	32,14%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	21.315.146,13	18.736.245,48
Valor das operações recuperadas no período	(1.773.850,39)	(3.049.009,41)
Valor das operações transferidas no período	7.249.442,75	5.627.910,06
Saldo Final	26.790.738,49	21.315.146,13

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:



Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	1.025.594,38	0,00	531.765,54	0,00
Rendas a Receber (b)	8.526.263,30	0,00	4.246.193,32	0,00
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	83.627,95	629.370,00	85.826,58	713.955,45
Títulos e Créditos a Receber	186.677,82	0,00	136.507,38	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia	1.356.699,95	0,00	1.180.095,40	0,00
TOTAL	11.178.863,40	629.370,00	6.180.388,22	713.955,45

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 77.563,95); Rendas de Cartões (R\$ 471.297,24); Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 7.866.911,21); e outros (R\$ 110.490,90);

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 186.677,82);

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R\$ 164.657,99); Pis Folha (R\$ 272.745,19); COFINS (R\$ 804.870,43); e outros (R\$ 114.426,34).

9. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(781.265,21)	0,00	(382.752,98)	0,00
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(260,30)	(1.818,44)	(429,15)	(3.569,76)
TOTAL	(781.525,51)	(1.818,44)	(383.182,13)	(3.569,76)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA - Normal	0,00	297.248,95	297.248,95		0,00	
A 0,5% Normal	0,00	415.749,00	415.749,00	(2.078,75)	799.782,03	(3.998,91)
E 30% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	27.416,86	(8.225,06)
E 30% Vencidas	212.996,03	0,00	212.996,03	(63.898,81)	132.431,99	(39.729,60)
F 50% Vencidas	109.422,06	0,00	109.422,06	(54.711,03)	58.346,28	(29.173,14)
G 70% Vencidas	135.070,11	0,00	135.070,11	(94.549,08)	26.484,59	(18.539,21)
H 100% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	5.593,10	(5.593,10)
H 100% Vencidas	568.106,18	0,00	568.106,18	(568.106,18)	281.492,72	(281.492,72)
Total Normal	0,00	712.997,95	712.997,95	(2.078,75)	832.791,99	(17.817,22)
Total Vencidos	1.025.594,38	0,00	1.025.594,38	(781.265,20)	498.755,58	(368.934,67)
Total Geral	1.025.594,38	712.997,95	1.738.592,33	(783.343,95)	1.331.547,57	(386.751,89)
Provisões	(781.265,21)	(2.078,74)	(783.343,95)		(386.751,89)	
Total Líquido	244.329,17	710.919,21	955.248,48		944.795,68	

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	612.659,95	0,00	14.226,07	0,00
TOTAL	612.659,95	0,00	14.226,07	0,00

11. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	64.356,43	0,00	39.002,15	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	10.437,30	0,00	118.528,14	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	239.982,98	0,00	0,00	0,00
Devedores Diversos – País (a)	192.865,86	0,00	166.410,25	0,00
Material em Estoque	5.716,50	0,00	4.781,00	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	1.980.284,38	0,00	1.854.579,70	0,00
Despesas Antecipadas (c)	111.389,38	0,00	81.689,34	0,00
TOTAL	2.605.032,83	0,00	2.264.990,58	0,00

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 66.696,27); Plano de Saúde a Receber (R\$ 36.588,97); Pendências Avais e Fianças Honorários (R\$ 86.197,62); e outros (R\$ 3.383,00);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros.

12. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	0,00	11.708.991,73
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (a)	0,00	2.238.436,12
Outros Investimentos	20.248,00	20.248,00
TOTAL	20.248,00	13.967.675,85

(a) Em atendimento a Resolução CMN n° 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB n° 269/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de Investimentos para o grupo de Títulos e Valores Mobiliários em 1°/7/2022.



13. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso (a)		533.454,02	264.967,79
Terrenos		1.836.011,49	1.836.011,49
Edificações	4%	8.870.885,79	8.870.885,79
Instalações	10%	4.021.760,53	3.626.671,32
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.506.621,49	3.057.181,42
Sistema de Processamento de Dados	20%	5.815.393,27	4.904.191,08
Sistema de Segurança	10%	185.149,83	179.882,79
Sistema de Transporte	20%	1.015.169,70	524.020,93
Total de Imobilizado de Uso		25.784.446,12	23.263.812,61
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.952.580,57)	(1.597.745,13)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.380.181,85)	(1.007.440,26)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(5.356.023,29)	(4.489.026,05)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(394.649,68)	(272.518,88)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(9.083.435,39)	(7.366.730,32)
TOTAL		16.701.010,73	15.897.082,29

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

14. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas De Comunicação E De Segurança	10%	1.306.819,84	1.200.354,26
Licenças E Direitos Autorais E De Uso		855.789,73	833.274,68
Intangível		2.162.609,57	2.033.628,94
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(1.472.763,55)	(1.278.391,90)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(1.472.763,55)	(1.278.391,90)
TOTAL		689.846,02	755.237,04

15. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	259.564.068,55	0,00	215.855.637,68	0,00
Depósito a Prazo (b)	920.404.550,56	65.308,39	658.126.823,49	123.058,96
TOTAL	1.179.968.619,11	65.308,39	873.982.461,17	123.058,96

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	101.420.315,07	7,63%	72.394.110,41	7,63%
10 Maiores Depositantes	254.532.889,29	19,15%	186.432.490,58	19,66%
50 Maiores Depositantes	458.559.963,77	34,51%	316.612.216,96	33,39%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos a Prazo	(52.513.650,86)	(88.951.025,09)	(25.613.372,45)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(429.602,62)	(477.114,61)	(22.930,18)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(8.799.089,00)	(14.391.653,28)	(1.916.461,78)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(894.342,04)	(1.644.993,92)	(1.236.940,69)
TOTAL	(62.636.684,52)	(105.464.786,90)	(28.789.705,10)

16. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	145.397.172,45	0,00	77.551.861,66	0,00
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	14.122.096,46	1.025.478,66	0,00	800.554,89
TOTAL	159.519.268,91	1.025.478,66	77.551.861,66	800.554,89

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 15.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.



17. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	Vencimento	31/12/2022		31/12/2021	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob	13.07.2023	37.379.444,15	6.469.911,29	2.335.045,96	5.070.539,86
TOTAL		37.379.444,15	6.469.911,29	2.335.045,96	5.070.539,86

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma taxa de índice de correção de 100% Selic ao ano, com vencimento até 13.07.2023.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa		Vencimento	31/12/2022		31/12/2021	
	Mínima	Máxima		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	1% a.m	1% a.m	22.11.2023	40.018.094,06	0,00	110.757.530,21	0,00
Repasses do País - Instituições Oficiais	12%aa	12%aa	13.07.2023	0,00	0,00	14.964.248,55	0,00
TOTAL				40.018.094,06	0,00	125.721.778,76	0,00

As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 12% ao ano, com vencimento até 13.07.2023.

c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(501.936,97)	(1.154.612,63)	(780.435,66)
Cooperativa Central	(4.356.955,69)	(9.837.660,17)	(3.703.344,34)
Outras Instituições	(973.296,03)	(1.196.288,61)	(133.590,52)
TOTAL	(5.832.188,69)	(12.188.561,41)	(4.617.370,52)

18. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	138,93	0,00	138,93	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (b)	195.412,05	0,00	70.099,02	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (c)	170.625,89	0,00	252.856,27	0,00
TOTAL	366.176,87	0,00	323.094,22	0,00

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R\$ 23,73) e outros (R\$ 115,20);

(b) Em Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos estão registrados os valores a pagar aos fornecedores;

(c) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 158.225,92); Estaduais (R\$ 5.605,52); e outros (R\$ 6.794,45).

19. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.256.372,07	25.210,28	929.847,11	7.557,33
Provisão Para Contingências (b)	2.354.595,12	0,00	1.981.701,89	0,00
TOTAL	3.610.967,19	25.210,28	2.911.549,00	7.557,33

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	53.223.300,86	38.548.609,23
TOTAL	53.223.300,86	38.548.609,23

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	164.657,99	164.657,99	158.517,91	158.517,91
PIS FOLHA	292.131,11	272.745,19	156.223,83	140.996,47
COFINS	804.870,43	804.870,43	774.641,20	774.641,20
Outras Contingências	1.092.935,59	114.426,34	892.318,95	105.939,82
TOTAL	2.354.595,12	1.356.699,95	1.981.701,89	1.180.095,40



Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIMEPI, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 255.598,00 (**Duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa e oito reais**). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

20. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	0,00	0,00	237.224,06	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	70.814,51	0,00	46.819,12	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	974.917,39	0,00	816.224,97	0,00
Outros	353.542,54	0,00	165.526,74	0,00
TOTAL	1.399.274,44	0,00	1.265.794,89	0,00

21. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias	5.050.826,87	0,00	3.881.356,31	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	1.593.310,59	0,00	1.733.771,15	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	4.272.355,75	0,00	3.765.685,30	0,00
Credores Diversos - País	957.256,10	0,00	870.349,85	0,00
TOTAL	11.873.749,31	0,00	10.251.162,61	0,00

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhes:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nas Sobras (a.1)	1.540.398,50	0,00	488.531,66	0,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	1.399.409,61	0,00	1.203.901,57	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	2.111.018,76	0,00	2.188.923,08	0,00
TOTAL	5.050.826,87	0,00	3.881.356,31	0,00

(a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva, a Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 2.605.158,90); Outras despesas administrativas (R\$ 1.616.226,89); e outros (R\$ 50.969,96);

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$ 300,00); Pendências a Regularizar Banco (R\$ 830.593,82); Valores a Repassar à Cooperativa Central (R\$ 33.319,62); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 37.982,03); Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 9.396,80); e outros (R\$ 45.663,83).

22. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No ano de 2022, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.365.009,72 com recursos do Sicoob Cotas Partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	82.750.832,10	69.818.118,47
Associados	39.614	32.304

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, no percentual de 10%, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 2022 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 159.789,17 (Cento e cinquenta e nove mil, setecentos e oitenta e nove reais e dezessete centavos).



Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

c) Reserva de Expansão

Criado com a finalidade de modernização e ampliação de agências no valor de R\$ 1.500.000,00 somado ao saldo do exercício anterior no valor de R\$682.737,68, onde foi revertido o valor de R\$ 1.666.898,74 devido ao uso efetivo.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28.04.2022 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras no valor de R\$30.417.462,11 do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da seguinte forma:

- 60,82% para Fundo de Reserva, no valor de R\$18.500.000,00;
- 1,37% para Fates, no valor de R\$417.462,11;
- 4,93% para Fundo de Expansão, no valor de R\$1.500.000,00;
- 32,88% para Conta Capital, no valor de R\$10.000.000,00;

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	39.613.990,04	33.237.367,15
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	2.606.385,19	
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	42.220.375,23	
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	(4.222.037,52)	(3.323.736,71)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	(2.111.018,76)	(1.661.868,36)
(+) Sobras ou Perdas do Exercício Encerrado		154.534,67
(+) Reversão/Realização de Reservas	1.666.898,74	817.262,32
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários		1.193.903,04
Sobra à disposição da Assembleia Geral	37.554.217,69	30.417.462,11

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

23. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Resultado de atos com não associados	(9.959.770,26)	1.910.166,99
(-) Despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica	0,00	(460.067,55)
(-) Despesa com Contribuição Social sobre Lucro	0,00	(347.696,81)
Resultado com não associados deduzindo das despesas IRPJ/CSLL	0,00	1.102.402,63
Total das receitas com comissão de faturamento e antecipação de recebíveis do negócio Sipag	(6.066.216,54)	(3.461.855,67)
Resultado de atos com não associados conf. Art.87 da Lei 5.764/71	(16.025.986,80)	(2.359.453,04)

24. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	143.197,07	318.661,26	227.219,25
Rendas de Empréstimos	58.021.119,05	103.582.370,90	60.763.988,01
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.494.224,02	2.856.381,47	2.055.520,86
Rendas de Financiamentos	13.979.833,57	24.653.830,70	13.106.910,66
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	343.110,51	790.013,04	215.418,76
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	763.516,69	947.748,02	114.563,21
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	2.900,55	11.833,95	19.382,54
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	0,00	0,00	6.006,87
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	435.869,63	1.772.944,69	3.030.242,00
TOTAL	75.183.771,09	134.933.784,03	79.539.252,16

25. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas De Captação	(62.636.684,52)	(105.464.786,90)	(28.789.705,10)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(5.832.188,69)	(12.188.561,41)	(4.617.370,52)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	8.372.381,26	15.417.622,88	10.005.263,69
Reversões de Provisões para Outros Créditos	68.202,99	91.928,65	43.857,91
Provisões para Operações de Crédito	(17.192.729,84)	(34.136.553,36)	(20.473.575,80)
Provisões para Outros Créditos	(636.848,49)	(1.220.813,99)	(591.628,57)
TOTAL	(77.857.867,29)	(137.501.164,13)	(44.423.158,39)

26. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	1.727.376,40	3.432.130,81	3.444.473,79
Rendas de Garantias Prestadas	21.118,62	28.059,75	452,93
Rendas de Convênios	210.030,42	431.855,80	392.068,93
Rendas de Comissão	3.194.458,64	5.757.207,88	5.120.949,86
Rendas de Cartões	1.301.548,39	2.370.460,23	2.130.921,93
Rendas de Outros Serviços	672.521,20	1.287.789,36	928.750,85
TOTAL	7.127.053,67	13.307.503,83	12.017.618,29



27. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	789.593,02	1.549.584,07	1.468.850,41
Rendas de Serviços Prioritários - PF	217.961,07	427.585,95	428.434,51
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	104.262,37	147.087,34	85.497,85
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	3.667.450,82	7.172.863,81	6.188.659,05
TOTAL	4.779.267,28	9.297.121,17	8.171.441,82

28. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(84.557,92)	(174.085,28)	(181.524,32)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.280.619,25)	(2.523.167,53)	(1.877.908,36)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.046.086,33)	(3.916.519,61)	(2.949.470,08)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.635.162,74)	(4.946.789,74)	(3.752.756,50)
Despesas de Pessoal - Proventos	(6.713.680,92)	(12.695.504,32)	(10.075.782,52)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(7.029,50)	(11.201,50)	(7.900,74)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(317.962,50)	(559.672,50)	(424.641,34)
TOTAL	(13.085.099,16)	(24.826.940,48)	(19.269.983,86)

29. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(115.042,11)	(283.839,71)	(280.672,46)
Despesas de Aluguéis	(1.288.985,68)	(2.536.781,22)	(1.991.721,53)
Despesas de Comunicações	(553.788,47)	(1.034.350,84)	(852.555,73)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(168.751,23)	(312.830,80)	(156.890,19)
Despesas de Material	(822.138,72)	(1.290.458,05)	(838.896,69)
Despesas de Processamento de Dados	(1.109.155,95)	(2.163.109,00)	(2.130.159,25)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(745.510,43)	(836.325,32)	(317.214,01)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(279.259,69)	(401.576,10)	(204.065,18)
Despesas de Publicações	0,00	0,00	(6.566,50)
Despesas de Seguros	(124.880,48)	(240.095,05)	(238.967,48)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.941.756,19)	(5.325.765,84)	(4.141.284,43)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.571.414,96)	(3.194.257,05)	(2.583.235,72)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(830.667,84)	(1.560.082,26)	(1.402.522,91)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(204.989,64)	(588.135,16)	(366.575,20)
Despesas de Transporte	(662.646,37)	(1.320.231,68)	(1.177.379,74)
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	(849,73)	(585,00)
Despesas de Viagem no País	(179.666,81)	(338.783,51)	(225.662,87)
Despesas de Amortização	(41.346,23)	(90.324,64)	(88.133,55)
Despesas de Depreciação	(1.002.347,82)	(1.934.302,68)	(1.682.942,06)
Outras Despesas Administrativas	(955.117,44)	(1.633.939,40)	(1.701.872,73)
TOTAL	(13.597.466,06)	(25.086.038,04)	(20.387.903,23)

30. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(74.243,88)	(163.086,03)	(180.982,42)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(253.271,87)	(469.781,51)	(462.731,68)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(208.381,58)	(389.338,22)	(381.062,31)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(39.172,20)	(73.324,38)	(72.274,42)
TOTAL	(575.069,53)	(1.095.530,14)	(1.097.050,83)

31. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	28.425,15	72.496,33	139.806,78
Dividendos	0,00	218.412,03	47.762,87
Distribuição de sobras da central	0,00	0,00	109.613,80
Rendas de Repasses Interfinanceiros	0,00	0,00	4.011,55
Outras rendas operacionais	139.073,43	204.808,65	240.567,26
Rendas oriundas de cartões de crédito e Adquirência	1.887.303,22	3.898.516,73	3.564.882,80
TOTAL	2.054.801,80	4.394.233,74	4.106.645,06

32. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(58.625,57)	(112.234,72)	(84.198,34)
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(1.920,00)	(2.732,38)	(53.192,78)
Outras Despesas Operacionais	(245.637,31)	(463.307,06)	(242.088,59)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(162.308,66)	(279.514,60)	(260.237,24)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(90.273,17)	(361.395,61)	(201.633,49)
Perdas - Fraudes Externas	(29.257,88)	(69.195,07)	(31.684,32)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	0,00	(316,28)	0,00
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(50,00)	(2.763,92)	(5.650,06)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(1.307.652,71)	(2.648.347,92)	(1.194.283,04)
TOTAL	(1.895.725,30)	(3.939.807,56)	(2.072.967,86)

33. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	(2.360,70)	(194.490,82)	0,00
Provisões para Contingências	(2.360,70)	(194.490,82)	0,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(232.642,20)	(344.177,91)	(319.445,43)
Provisões para Garantias Prestadas	(846.887,03)	(1.590.866,77)	(1.106.402,15)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	614.244,83	1.246.688,86	786.956,72
TOTAL	(235.002,90)	(538.668,73)	(319.445,43)

34. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	6.682,34	6.682,34	6.380,86
Ganhos de Capital	27.933,65	273.959,25	137.448,96
Outras Rendas Não Operacionais	58.739,49	111.550,54	56.109,52
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	0,00	0,00	(5.200,00)
(-) Perdas de Capital	(408,63)	(585,67)	(859,58)
TOTAL	92.946,85	391.606,46	193.879,76

35. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

36. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.



36.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas no período:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	3.061.033,31	0,2633%	23.588,91
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	68.979,82	0,0059%	340,00
TOTAL	3.130.013,13	0,2693%	23.928,91
Montante das Operações Passivas	11.452.240,54	1,1015%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022	
Empréstimos e Financiamentos	0,2481%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0028%
Aplicações Financeiras	1,1015%

b) Total geral das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	753,05	10,26	0,0200%
Conta Garantida	224,74	1,12	0,0024%
Empréstimos	703.011,77	5.531,76	0,1126%
Financiamentos	192.397,33	1.390,44	0,1100%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	398.502,49	0,1545%	0%
Depósitos a Prazo	3.644.305,62	0,3959%	1,0995%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	2.601.985,10	17,1776%	1,0191%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	4.282.657,95	2,9455%	1,0828%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	0,9275%	27,34
Financiamentos	1,3100%	35,12
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	95,9487%	70,15
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1,0466%	10,32
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	1,0826%	35,77

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	6.073,54
Empréstimos	2.649.177,45
Financiamentos	683.589,02

e) As obrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Obrigações	517.991,62	610.113,29

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(293.822,90)	(546.080,28)	(413.979,32)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.280.619,25)	(2.523.167,53)	(1.877.908,36)
F.G.T.S. Diretoria	(91.913,04)	(142.913,52)	0,00

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2022	31/12/2021
851.257,64	747.877,99

36.2 Cooperativa Central

A SICOOB CREDIMEPI, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.



O SICOOB CREDIMEPI responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	712.759.560,40	496.866.784,85
Ativo - Investimentos	0,00	11.708.991,73
Total das Operações Ativas	712.759.560,40	508.575.776,58
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	40.018.094,06	110.757.530,21
Total de Operações Passivas	40.018.094,06	110.757.530,21

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	42.461.170,62	71.430.232,57	18.095.177,68
Total das Receitas	42.461.170,62	71.430.232,57	18.095.177,68
Rateio de Despesas da Central	(21.997,62)	(168.824,08)	(429.176,09)
Total das Despesas	(21.997,62)	(168.824,08)	(429.176,09)

37. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	186.049.153,05	145.976.762,00
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	927.411.601,22	748.148.341,05
Índice de Basileia (mínimo 11%) (a) %	20,06%	19,51%
Imobilizado para cálculo do limite	16.721.258,73	15.917.330,29
Índice de imobilização (limite 50%) %	8,98%	10,90%

(a) Em 31/12/2021 o índice mínimo era de 11% em razão da redação dada pela Resolução CMN 4.813/2020, e em 31/12/2022 voltou a ser de 12%.

38. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2.022 totalizaram R\$214.337,55 e 2.021 totalizaram R\$173.720,55.

39. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

39.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.



A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

39.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

39.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.



Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

39.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.



São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

39.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

39.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

39.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).



Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

40. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

41. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

João Monlevade - MG, 22 de fevereiro de 2023.

Jacson Guerra Araújo
Diretor Presidente

Edgard Luis Pena de Moraes
Diretor Administrativo

José Sueli Ferreira
Diretor Financeiro

Antônio Carlos Guerra
Diretor de Negócios

Jânia Casita Ferreira
Contadora – CRC nº: 069.578/0-4



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO MÉDIO PIRACICA-BA E DO CIRCUITO DO OURO LTDA. SICOOB CREDIMEPI, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, após examinar o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras e Contábeis e o Relatório da Administração, relativos ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, com base no parecer dos auditores externos da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, declara que os Atos da Administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

O parecer do Conselho Fiscal é favorável e recomenda que os documentos supra citados sejam aprovados pelos Senhores Cooperados em Assembleia Geral Ordinária.

João Monlevade, 30 de março de 2023.

Maria Inês de Araújo Moreira
Secretário

José Antônio dos Reis Lopes
Membro Efetivo

Bruno Drumond Magalhães
Coordenador

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Médio Piracicaba e do Circuito do Ouro Ltda
– SICOOB CREDIMEPI
João Monlevade - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Médio Piracicaba e do Circuito do Ouro Ltda – SICOOB CREDIMEPI, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIMEPI em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 27 de março de 2023.



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O



EXPEDIENTE

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO MÉDIO PIRACICABA E DO CIRCUITO DO OURO LTDA. SICOOB CREDIMEPI

ENDEREÇO: RUA PEDRO BICALHO, 70, NOVO HORIZONTE, JOÃO MONLEVADE – MG.

CEP.: 35.930-072

DATA DA CONSTITUIÇÃO: 25/09/1996

DATA DO INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/08/1997

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: BANCO CENTRAL DO BRASIL: Pt9600658501

REGISTRO NA JUCEMG: N.º 31400019812 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1996

REGISTRO NA OCEMG/OCB: N.º 1153 EM 29 DE OUTUBRO DE 1997

Filiada ao Sicoob Central Cecremge – Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais

OUVIDORIA SICOOB: 0800 725 0996

www.ouvidoriasicoob.com.br

PONTOS DE ATENDIMENTO:

João Monlevade - MG | MATRIZ: Rua Pedro Bicalho, 70 - Novo Horizonte - Tel.: (31) 3851-6442 | Pa Sul: Av. Armando Fajardo, 4518, Cruzeiro Celeste – Tel.: (31) 3852-8000

Rio Piracicaba - MG| MG Rua Duque de Caxias, 15, loja 01, Centro - Tel.: (31) 3854-1777

Nova Era - MG | Praça dos Expedicionarios, 36, Centro – Tel.: (31) 3861-2088

São Domingos do Prata - MG| Rua Capitão Dico, 32, Centro – Tel.: (31) 3856-1833

Bela Vista de Minas - MG| Av. José Modesto de Ávila, 571, Centro – Tel.: (31) 3853-2428

Santa Bárbara - MG| Rua João Mota, 372, Centro – Tel.: (31) 3832-2444

Barão de Cocais - MG| Av. Getúlio Vargas, 812, Centro - Tel.: (31) 3837-3011

Alvinópolis - MG| Padre José Marciano, 288, Centro - Tel.: (31) 3855-1014

Itabira - MG| Rua Juca Machado, 165, 14 de Fevereiro - Tel.: (31) 3831-7420 | Li Guerra - Av. Cristina Gazire, 1097 – Praia - Tel.: (31) 3831-0275

Ouro Preto - MG| Rodovia Rodrigo Melo Franco de Andrade, 991, Lj. 11, Nossa Senhora do Carmo - Tel.: (31) 3551-0494/(31) 3551-1891

Caeté - MG| Avenida João Pinheiro, 3267, sala 07 - Bª Pedra Branca - Tel.: (31) 3651-3500

Mariana - MG| Rua Manoel Leandro Correa, 99 - Centro - Tel.: (31) 3558-6878

Itabirito - MG| Rua Queiroz Júnior, 911 - Bairro Praia - Tel.: (31) 3561-2423| (31) 3563-4896

Nova Lima - MG| Praça Bernardino de Lima, 43, Centro – Tel.: (31) 3542-9796 | Alphaville | Av. Picadilly, 105, Loja 115 - Lagoa dos Ingleses

Belo Horizonte - MG|Rua Bárbara Heliodora, 123 – Lourdes – Tel.: (31) 3064-3650| Avenida Barão Homem de Melo,4395, Loja 03, Bloco 02, Estoril - Tel.: (31) 3226-3124 |Avenida Miguel Perrela, 684, Castelo Tel.: (31) 3656-5731| Avenida Assis Chateaubriand, 264, 3º andar - Floresta - Tel.: (31) 3262-4082

Ouro Branco - MG| Avenida Patriótica, 70 – Siderurgia – Tel.: (31) 3742-2515

São Gonçalo do Rio Abaixo - MG| Avenida Central, 333, Loja 02, Centro – Tel.: (31) 3833-5118

Ponte Nova - MG| Rua Santo Antônio, 74, Santo Antônio I. – Tel.: (31) 3817-1050

Contagem – MG | Av. João César de Oliveira, 5757, Loja 21 - Beatriz. – Tel.: (31) 99756-4785

Catas Altas – MG |Rua São Miguel, 164, Centro – Tel.: (31) 3942-2373

Betim – MG | – Av.Presidente Kubitschek, 140, Loja 07, CentroTel.: (31)3850-7000

Redação, Diagramação e arte-final:

Ana Carolina Félix Leão

Camila Ariele Ferreira

Pedro Trindade Gomes

Impressão: 300 unidades

Distribuição: Gratuita e dirigida aos associados

RELATÓRIO DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS 2022

1. A visão da liderança

Em 2022 celebramos os nossos 25 anos, com orgulho do nosso propósito evolutivo: conectar pessoas para gerar justiça financeira e prosperidade. Durante esse ano, trabalhamos intensamente para fortalecer o nosso impacto social por meio do quinto e sétimo princípios do cooperativismo, sendo eles educação, formação e informação e envolvimento com a comunidade.

Apoiamos projetos presentes em nossas comunidades, dialogando e trabalhando em conjunto com os nossos associados, fornecedores, associações comerciais, componentes do Sistema S, cooperativas da região, poder público e instituições de ensino públicas e privadas. Desse modo, fortalecemos uma das nossas principais premissas, a integração com os stakeholders, pois acreditamos que quando diferentes atores da sociedade se unem, iniciativas verdadeiramente transformadoras são desenvolvidas.

Nas próximas páginas, convido você a conhecer como o Sicoob Credimepi faz a diferença na vida das pessoas e nas comunidades onde atua e, assim como eu, se encantar cada vez mais pelo cooperativismo e fazer parte dessa revolução financeira.

Abraços cooperativistas.

Jacson Guerra Araújo

2. Estratégia de atuação social e envolvimento com a comunidade

Alinhado à estratégia do Sicoob Credimepi e seu segmento de atuação, foi definido como objetivo principal para a Cooperativa o ODS nº 08 – “Trabalho digno e crescimento econômico”. Como objetivo complementar, foi definido o ODS nº 10 (Redução das Desigualdades), e como objetivos seguintes os ODSs nº 3 (Saúde de Qualidade) e nº 4 (Educação de Qualidade). Não obstante, os demais ODSs também poderão ser impactados pelas ações da Cooperativa.

+ de 450 mil reais investidos nas ações de responsabilidade socioambiental e envolvimento com a comunidade.

+ de 400 mil pessoas impactadas diretamente



3. Programa de Voluntariado

Em 2022, o Sicoob Credimepi implantou o Programa Voluntário Transformador, do Instituto Sicoob. O Programa Voluntário Transformador é voltado para dirigentes e colaboradores do Sicoob e permite que essas pessoas tenham a oportunidade de contribuir com os programas e projetos do Instituto Sicoob e da Cooperativa.

Somos 70 voluntários transformadores no Sicoob Credimepi, com mais de 300 horas voluntárias em 2022



3.1 Dia de Cooperar (DIA C)

O Dia de Cooperar (DIA C) 2022, com o tema Voluntariado na Veia, permitiu que mais de 80 pessoas se cadastrassem como doadoras de medula óssea no banco de dados do Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME), com o apoio do Hemominas, por meio do Hemonúcleo de Ponte Nova. A ação de intercooperação aconteceu em João Monlevade-MG, no auditório do Sicoob Credimepi, com a parceria das sete cooperativas do município: Sicoob Credimepi, Sicoob Credicom, Sicoob União, Copremon, Coopertramon, Credibelgo e Unimed. O Serviço Voluntário de Resgate (SEVOR) esteve presente ao longo de toda a ação.



Além da ação em João Monlevade, o Sicoob Credimepi apoiou a Cooperouro na campanha de arrecadação de agasalhos em Ouro Preto-MG, os agasalhos arrecadados foram direcionados para o CRAS do município.

Em parceria com a Cooperita, Sicoob Credivale, Sicoob Cosemi e Unimed Itabira, também foi promovido o Dia C em Itabira-MG, a programação do evento levou arte e cultura para o município e esteve integrada ao seu 48º Festival de Inverno.

Ainda como ação referente ao DIA C 2022, a Cooperativa realizou a arrecadação e doou mais de 100kg de alimentos para a Creche Comunitária Paraíso Infantil, em Contagem-MG.



4. Iniciativas apoiadas pelo Sicoob Credimepi

Integraliza+

Os treinamentos Empretec, Programa Lean e as capacitações diversas fazem parte do Integraliza+, programa do Sicoob Credimepi que busca atender ao quinto princípio cooperativista: educação, formação e informação. Para isso, oferece apoio financeiro para cursos, treinamentos e palestras para os cooperados.

Empretec

Por meio de uma parceria entre o Sebrae, Associação Comercial de Santa Bárbara (ACISB) e Associação Comercial de São Domingos do Prata (ACIAP), capacitamos mais de 15 cooperados no Empretec, um seminário intensivo organizado pelo SEBRAE, destinado a auxiliar os participantes a identificarem seu potencial empreendedor, desenvolverem suas características de comportamento empreendedor e descobrirem novas oportunidades de negócio.

Programa Lean

Em Parceria com o Sebrae, possibilitamos que 10 cooperados, dos municípios de Ouro Preto, Ouro Branco e Mariana, participassem do Programa Lean. Em resumo, a filosofia Lean significa menos desperdício, mais valor. Os princípios dessa metodologia ensinam a empresa sobre o valor na ótica do cliente, a conhecer as etapas que não agregam ao seu negócio e, também, a eliminar perdas.

Capacitações Diversas

Em parceria com as Associações Comerciais de João Monlevade (ACIMON) e Santa Bárbara (ACISB) foram promovidas mais de 10 capacitações para os nossos associados, envolvendo temas como vendas e estratégias comerciais, e-social, gestão fiscal e de tributos, dentre outros.

4.1 Envolvimento com a comunidade

As parcerias descritas abaixo possibilitam o desenvolvimento das diversas onde a Cooperativa está inserida, com ações e eventos abertos para cooperados e comunidade.

Miniempresa

Em parceria com o Sebrae, ACIAP e voluntários do município de São Domingos do Prata, desenvolvemos o Programa Miniempresa e realizamos a Palestra Competências para quem Sonha Alto. O programa proporciona a jovens estudantes experiência prática em economia e negócios, através da organização e operação de uma empresa. Cerca de 40 jovens participaram do Miniempresa 2022.

Educação Empreendedora

Em parceria com o Sebrae e a Secretaria Municipal de Catas Altas, cerca de 60 professores do ensino fundamental foram capacitados em educação empreendedora e inovação no município. Ainda em Catas Altas-MG, o Sicoob Credimepi apoiou a Primeira Feira do Jovem Empreendedor no Povoado Morro D'água Quente, premiando a Escola Municipal João XXIII com uma caixa de som e alunos com Kits Escolares.

Também em parceria com o Sebrae, foi realizada uma Palestra Motivacional com Professor Pachecão, com a presença de mais 200 professores nos municípios de Catas Altas-MG e Nova Era-MG.



II Semana do Conhecimento de João Monlevade

Com o tema “Por uma cidade melhor”, a II Semana do Conhecimento de João Monlevade foi uma realização das diretorias da Rede Doctum, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade João Monlevade - e do Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), conjuntamente com o Sebrae João Monlevade, Secretaria Municipal de Educação, Sicoob Credimepi e ACIMON. O evento teve como objetivo integrar estudantes do ensino superior, alunos da educação infantil, do ensino fundamental, da educação de jovens e adultos e do ensino médio da cidade de João Monlevade em um único propósito: a partir das perspectivas de crianças, jovens, adultos e idosos, compartilhar visões e propostas de soluções para que a cidade se torne um lugar melhor para se viver. A ação impactou 6.400 alunos e 350 professores do município.



Semana Global do Empreendedorismo

A Semana Global do Empreendedorismo de João Monlevade foi realizada pelo Sebrae e pela Associação Comercial de João Monlevade (ACIMON), em parceria com o Sicoob Credimepi. O evento contou com palestras cujos temas envolveram conexões emocionais e técnicas de vendas. Mais de 180 pessoas participaram do evento, dentre eles cooperados e empreendedores da região.

Campanha de Doação de Sangue

O Sicoob Credimepi realizou a doação de mais 05 mil reais para apoiar o transporte de voluntários que se deslocam de João Monlevade para Belo Horizonte para fazer doação de sangue. Toda a operacionalização do transporte é realizada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Piracicaba (CISMEPI).



Apoio Emergencial: Enchente

No início de 2022, o Sicoob Credimepi repassou 100 mil reais em colchões, kits de higiene pessoal e roupas íntimas aos atingidos pelas chuvas na região do Médio Piracicaba. Os produtos foram distribuídos às prefeituras dos municípios por meio da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Piracicaba (AMEPI), que foi uma grande parceira da Cooperativa nessa ação. O Sicoob Credimepi também disponibilizou aos seus associados atingidos pelas enchentes, a linha de crédito Sicoob Reconstruir, com uma taxa especial de juros e carência para apoiar as pessoas e empresas atingidas a seguirem em frente

Apoio Emergencial: Enchente

No início de 2022, o Sicoob Credimepi repassou 100 mil reais em colchões, kits de higiene pessoal e roupas íntimas aos atingidos pelas chuvas na região do Médio Piracicaba. Os produtos foram distribuídos às prefeituras dos municípios por meio da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Piracicaba (AMEPI), que foi uma grande parceira da Cooperativa nessa ação. O Sicoob Credimepi também disponibilizou aos seus associados atingidos pelas enchentes, a linha de crédito Sicoob Reconstruir, com uma taxa especial de juros e carência para apoiar as pessoas e empresas atingidas a seguirem em frente

5. Iniciativas apoiadas pelo Sicoob Credimepi

Coral Si Encante

O Coral Si Encante é o coral do Sicoob Credimepi formado por cooperados e colaboradores. Após paralisação dos ensaios durante o período da pandemia, o Coral Si Encante retomou as suas atividades em 2022, levando música e cooperativismo para a comunidade. A primeira apresentação do Coral Si Encante, marcando seu retorno, foi no Concerto de Fim de Ano 2022 – Orquestra Big Band e Corais, no município de João Monlevade





Dupla Perfeita

O Projeto Dupla Perfeita foi criado em 2019, com o objetivo de atender ao 7º princípio cooperativista, o “Interesse pela Comunidade”, fortalecer o senso de pertencimento do associado por meio da efetivação do 2º princípio cooperativista, “Gestão democrática”, e transformar realidades ao contribuir com o desenvolvimento social das comunidades, mantendo a sustentabilidade financeira da Cooperativa. A cada produto adquirido pelo associado, parte da receita final gerada para o Sicoob Credimepi é destinada para doação a instituições inscritas no projeto e escolhidas pelos próprios associados. Em 2022 o Projeto Duplas Perfeita beneficiou mais de 37 instituições em 20 municípios, com mais de R\$170.000,00. Dentre as instituições beneficiadas estão hospitais, creches, lar de idosos, associação de apoio e resgate de animais, APAE’S e outras.



COOPRAÍZES

Com o propósito de conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade, o Sicoob Credimepi desenvolveu o projeto CoopRaízes. O projeto consiste na realização de investimentos nos municípios da área de ação da Cooperativa, em parceria com as respectivas prefeituras, objetivando atender ao sétimo princípio do cooperativismo: interesse pela comunidade. Estando elegível para participar do CoopRaízes, as prefeituras devem apresentar o projeto para o qual deseja destinação de recurso. Os projetos são avaliados pela Cooperativa e devem possuir objetivo claro de beneficiar a população do município, além de impactarem, alternativamente, nos ODSs definidos como estratégicos para o Sicoob Credimepi.

Concurso Cultural

O Programa Concurso Cultural explicita a intenção do Instituto Sicoob de fomentar o cooperativismo em escolas do ensino fundamental. O Concurso Cultural 2022, com o tema “cooperar para transformar” contou com as participações de escolas públicas e privadas dos municípios de Mariana, Ouro Preto, Ouro Branco, Itabira e Ponte Nova e com mais de 800 alunos. O Sicoob Credimepi premiou os alunos vencedores da etapa local nas categorias poema, quadrinhos, desenho e crônica, com kits escolares.





Conexão Sicoob

O Conexão Sicoob, promovido pelo Instituto Sicoob é um programa que tem como objetivo a busca de ideias inovadoras que possibilitem a resolução de problemas da comunidade. O tema de 2022 foi: “como empreender soluções para sua comunidade através do cooperativismo?”. Mais de 100 jovens, convidados pelo Sicoob Credimepi, se inscreveram no Conexão Sicoob. O Lab de Inovação, etapa final do programa, foi realizado pelo Sicoob Credimepi e contou com a participação de 12 jovens finalistas dos municípios de João Monlevade, Rio Piracicaba, Alvinópolis e Oratórios. O Sicoob Credimepi distribuiu mais de R\$4.000,00 em premiação para os jovens que participaram do Lab de Inovação.



GMW

a Global Money Week (GMW), organizada pela Rede Internacional em Educação Financeira da OCDE, é uma campanha global com o objetivo de capacitar as gerações mais novas a administrar suas finanças de forma consciente, assim como ajudar que crianças e jovens compartilhem seus conhecimentos com suas famílias e respectivas comunidades. No Sicoob Credimepi, o evento ocorreu em março de 2022 com o tema “Manual de Sobrevivência: Tudo o que você precisa saber quando é adulto” e teve como público-alvo estagiários e funcionários da Cooperativa, de 18 a 29 anos e com pouco tempo de casa. Foram abordados assuntos como finanças pessoais, folha de pagamento, férias, 13º salário, imposto de renda, modalidades de crédito e investimentos. O evento contou com cerca de 30 pessoas e os próprios participantes pediram novas edições.

Semana do Investidor

Na Semana Mundial do Investidor 2022, que aconteceu no mês de outubro, promovemos três eventos para mais de 70 mulheres cooperadas e empreendedoras dos municípios de João Monlevade, Itabira e Mariana, com o tema “Elas Investem”. O evento abordou o investimento financeiro, com uma palestrante e funcionária do Sicoob Credimepi, além do investimento em saúde física e mental, com profissionais da área de educação física, fisioterapia e psicologia.





Semana ENEF

Realizamos a segunda edição do “Manual de Sobrevivência: tudo o que você precisa saber quando é adulto” com mais de 30 colaboradores, em ação da Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF). Também incentivamos os colaboradores de todas as agências e Unidade Administrativa a conhecerem o programa Se Liga Finanças online, um programa do Instituto Sicoob com cursos 100% gratuitos sobre orçamento pessoal, noções de economia e demais temas. Mais de 30 colaboradores concluíram o Se Liga Finanças online.

Projeto Energia Fotovoltaica

O projeto Energia Fotovoltaica ressalta o compromisso do Sicoob Credimepi com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e está diretamente relacionado ao objetivo nº 7: energia limpa e sustentável. Além disso, contribui para o alcance de um dos objetivos principais da Cooperativa, o ODS nº 4 (educação de qualidade). O projeto consistiu na instalação do Sistema Gerador de Energia Fotovoltaica nos imóveis de propriedade e/ou posse das APAEs de João Monlevade, São Gonçalo e Nova Era e teve como objetivo propiciar a compensação do produto obtido (energia solar) nas despesas de energia de ambas instituições. Como forma de incentivar o consumo consciente de energia nas APAEs, o Sicoob Credimepi premiou cada uma das três, no ano de 2022, com o valor equivalente a 01 salário-mínimo vigente. Atualmente, cerca de 65% da energia utilizada em todas as agências e na Unidade Administrativa do Sicoob Credimepi é proveniente da energia solar.

8- Agradecimento aos parceiros

O relatório apresentado mostra os resultados do compromisso assumido na Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental do Sicoob Credimepi, onde buscamos a harmonia entre o econômico, o social e o ambiental por meio de relações “saudáveis” com associados e comunidade, priorizando a ética e a transparência; incentivando o consumo consciente e promovendo o desenvolvimento de todos os envolvidos por meio de ações sociais, culturais e educacionais. Estamos em constante busca pela consolidação das diretrizes estabelecidas na Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental.

Acreditamos que o engajamento dos nossos stakeholders e o estreitamento das nossas relações com ética e transparência, vem possibilitando a construção conjunta e assertiva de um objetivo comum: gerar justiça financeira e prosperidade para as nossas comunidades. O Sicoob Credimepi agradece a todos os parceiros que junto da Cooperativa impactaram positivamente nossas comunidades em 2022, pois todas as ações só foram possíveis graças ao envolvimento dos nossos cooperados; da comunidade inserida em nossa área de atuação; de outras cooperativas da região; de organizações como Associações Comerciais, Sebrae, escolas públicas e privadas, universidades e demais instituições de ensino; dos nossos colaboradores; fornecedores e do poder público de cada município. O cooperativismo inspira milhares de pessoas e transforma ativamente suas comunidades. Obrigada por fazer parte!

Central de Atendimento

Capitais e regiões metropolitanas: 4000-1111
Demais localidades: 0800 642 0000

SAC 24h

0800 724 4420

Ouvidoria Sicoob

Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 725 0996

Deficientes auditivos ou de fala

Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 940 0458

Demais serviços de atendimento

sicoob.com.br



@sicoobcredimepi



/sicoobcredimepi



@sicoobcredimepi



/sicoobcredimepi

